

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA - MPA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

CÓD 101 - ATIVIDADES TÉCNICAS DE COMPLEXIDADE INTELECTUAL DIREITO - TIPO B

Frase: "**O que você faz hoje pode melhorar todos os amanhãs.**"
(Transcrever a frase acima para a folha de resposta)

SUA PROVA

O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **70 (setenta)** questões objetivas; e
- Um **Cartão de Respostas** destinada às respostas das questões objetivas.

TEMPO

- **04h (quatro horas)** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **Cartão de Respostas** da prova objetiva.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.

NÃO SERÁ PERMITIDO

- ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.

INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se o **CARGO** deste caderno de prova coincide com o registrado no rodapé de cada página e com o cargo para o qual você está inscrito. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **Cartão de Respostas**.
- Identifique no **Cartão de Respostas** o **TIPO** de caderno de prova, a não identificação no **Cartão de resposta**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **Cartão de Respostas** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **Cartão de Respostas**, sendo este o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento do **Cartão de Respostas** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **Caderno de Prova**, e no **Cartão de Respostas**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal **Caderno de Prova** e o **Cartão de Respostas** devidamente assinada, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os Cadernos de Prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 10.

Salários mais iguais: o papel do envelhecimento e das decisões de carreira

Na maioria dos países com dados disponíveis, a diferença salarial entre homens e mulheres diminuiu nas últimas duas décadas. Parte dessa redução se deve ao envelhecimento demográfico. Os trabalhadores mais velhos permanecem no mercado por mais tempo, retendo posições de destaque e dificultando a mobilidade ascendente dos homens jovens. Isso resulta em uma redução da disparidade de rendimentos entre os gêneros.

Analisando quatro décadas de dados salariais dos EUA, Reino Unido, Canadá e Itália, Arellano-Bover e seus colegas identificaram que a diferença salarial entre homens e mulheres diminuiu, com os jovens de ambos os gêneros recebendo salários mais semelhantes. As gerações mais antigas, que apresentavam maiores desigualdades, estão se aposentando, o que reduz o *gap* salarial geral. Entre 1976 e 1995, a probabilidade de homens de 25 anos trabalharem no décimo superior de grupos empresariais diminuiu, em média, 6 pontos percentuais, enquanto a mesma probabilidade para mulheres caiu apenas 2 pontos percentuais.

Ou seja, a diferença entre os rendimentos médios de uma sociedade não nos informa muito sobre questões ligadas à igualdade de gênero. E mesmo com o envelhecimento demográfico contínuo, é improvável que esse mecanismo reduza ainda mais a diferença salarial de gênero. Já que desde 1995 a diferença entre a classificação salarial média de homens e mulheres jovens é mínima.

As decisões individuais também desempenham um papel importante nessa dinâmica, uma vez que a escolha da graduação está fortemente ligada aos ganhos futuros. Homens jovens em média preferem áreas de estudo ligadas a exatas e tecnologia, que proporcionam altos ganhos. Nos EUA, 63% da diferença salarial de recém-formados é devido ao tipo de curso universitário; na Itália, é 51%. Já as mulheres tendem a escolher áreas de trabalho como educação e cuidados, que pagam menos em média.

Além disso, o *gap* salarial se amplia principalmente após o nascimento do primeiro filho, quando as mulheres sofrem maior pressão social e familiar para priorizar o cuidado com os filhos em detrimento da carreira. Essas expectativas têm outros tipos de custos para os homens: tendência a aceitar horas extras e demonstrar afeto através da provisão, ao custo de quase não ter tempo com familiares. Essa tendência emerge no mundo inteiro, ainda que em graus distintos. Consequentemente, as mulheres estão super-representadas em empregos de baixa remuneração para atender essas responsabilidades, trabalhando com maior flexibilidade e por menos horas.

Alguns argumentam que as diferenças salariais se devem a fatores biológicos e preferências distintas. Embora homens e mulheres se diferenciem em alguns aspectos psicológicos que podem influenciar o mercado de trabalho, essas diferenças explicam apenas uma ínfima parte da disparidade salarial de gênero. Além disso, não há garantia de que a valorização de certas características traga resultados econômicos positivos para as empresas.

Por isso, para aqueles que almejam alcançar a paridade financeira, o progresso está claramente ligado às escolhas educacionais, de carreira e arranjos familiares. Antes de avaliar uma sociedade apenas pela diferença de rendimentos, é crucial analisar outros indicadores de desigualdade de gênero. Exemplos incluem a taxa de matrícula em diferentes níveis educacionais, acesso a financiamento e capital para negócios, disponibilidade e uso de licenças parentais, direitos de propriedade e herança, mobilidade territorial, taxas de violência de gênero e a força das normas sociais. O salário tende a ser uma consequência de todos esses fatores.

Homens e mulheres devem ter maior liberdade para decidir juntos como equilibrar a vida pessoal e profissional. Isso requer tanto um Estado que garanta igualdade de oportunidades com políticas públicas eficientes quanto menos julgamentos das escolhas alheias por parte de todos nós.

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/>

Questão 01

Assinale a alternativa em que a palavra "mais", no texto, desempenhe papel adjetivo, e não adverbial.

- (A) ...permanecem no mercado por **mais** tempo...
- (B) ...reduza ainda **mais**...
- (C) ...trabalhadores **mais** velhos...
- (D) ...gerações **mais** antigas...
- (E) ...salários **mais** semelhantes...

Questão 02

Assinale a alternativa em que a palavra, retirada do texto, tenha sido formada por composição, e não por derivação, ao longo de seu processo.

- (A) provisão
- (B) econômicos
- (C) probabilidade
- (D) super-representadas
- (E) recém-formados

Questão 03

E mesmo com o envelhecimento demográfico contínuo, é improvável **que** esse mecanismo reduza ainda mais a diferença salarial de gênero. Já **que** desde 1995 a diferença entre a classificação salarial média de homens e mulheres jovens é mínima.

No trecho acima, as duas ocorrências do QUE, destacadas, se classificam, respectivamente, como

- (A) conjunção integrante e conjunção subordinativa.
- (B) conjunção subordinativa e pronome relativo.
- (C) conjunção integrante e pronome relativo.
- (D) conjunção subordinativa e conjunção integrante.
- (E) conjunção integrante e conjunção integrante.

Questão 04

E mesmo com o envelhecimento demográfico contínuo, é improvável **que esse** mecanismo reduza ainda mais a diferença salarial de gênero.

No período acima, o pronome destacado desempenha papel

- (A) anafórico.
- (B) catafórico.
- (C) epanafórico.
- (D) exofórico.
- (E) dêitico.

Questão 05

Os trabalhadores mais velhos permanecem no mercado por mais tempo, retendo posições de destaque e dificultando a mobilidade ascendente **dos homens jovens**. Isso resulta em uma redução **da disparidade** de rendimentos entre os gêneros.

Os termos destacados no período acima desempenham função sintática, respectivamente, de

- (A) complemento nominal e complemento nominal.
- (B) adjunto adnominal e agente da passiva.
- (C) adjunto adnominal e complemento nominal.
- (D) adjunto adnominal e adjunto adnominal.
- (E) complemento nominal e adjunto adnominal.

Questão 06

Em relação à leitura do texto e suas possíveis inferências, é correto afirmar que

- (A) os homens, ao escolherem profissões mais ligadas às áreas tecnológicas e por não terem obrigação de cuidar dos filhos, acabam tendo mais tempo para se dedicar às atividades profissionais, o que provoca, naturalmente, a elevação salarial.
- (B) apesar de haver diminuição dos níveis de diferença salarial entre homens e mulheres na atualidade, a sociedade ainda vive sob a pressão de aspectos distintivos que não estão vinculados ao envelhecimento demográfico, responsável por parte desse cenário.
- (C) as mulheres apresentam salários mais baixos ao longo da trajetória profissional por serem, naturalmente como mães, levadas a não se dedicarem plenamente à atividade laboral eleita, o que acaba se refletindo no retorno financeiro abaixo do desejado.
- (D) a redução das diferenças salariais entre homens e mulheres é fruto de anos de movimento social pela igualdade, que não só passou a exigir do mercado de trabalho um tratamento igualitário, como deixou de agir preconceituosamente em relação às escolhas de gênero.
- (E) homens e mulheres vêm alcançando uma igualdade salarial ao longo dos anos, o que é resultado de um processo de envelhecimento populacional, consolidando uma tendência que já vem desde a população jovem ao entrar no mercado de trabalho.

Questão 07

Nos EUA, 63% da diferença salarial de recém-formados é devido ao tipo de curso universitário; na Itália, é 51%.

No período acima, a segunda ocorrência de vírgula se justifica também por

- (A) indicar mudança de oração.
- (B) constituir a sequência uma expressão adverbial.
- (C) isolar o elemento apositivo.
- (D) reunir segmentos com sujeitos diferentes.
- (E) se tratar de zeugma.

Questão 08

Essas expectativas têm outros tipos de custos para os homens: **tendência a aceitar horas extras e demonstrar afeto através da provisão, ao custo de quase não ter tempo com familiares.**

O segmento em negrito no período acima, em relação ao enunciado anteriormente, apresenta valor semântico de

- (A) enumeração.
- (B) exemplificação.
- (C) explicação.
- (D) explicitação.
- (E) especificação.

Questão 09

Assinale a alternativa em que a palavra indicada, retirada do texto, tenha sido acentuada seguindo regra distinta da das demais.

- (A) têm
- (B) há
- (C) é
- (D) Já
- (E) nós

Questão 10

Além disso, **não há garantia** de que a valorização de certas características traga resultados econômicos positivos para as empresas.

Assinale a alternativa em que a alteração do segmento destacado no período acima tenha sido feita em respeito à norma culta. Não leve em conta as alterações de sentido.

- (A) não haveriam garantias
- (B) não hão de haver garantias
- (C) não poderiam haver garantias
- (D) não há de existir garantias
- (E) não haviam de existir garantias

Raciocínio Lógico Matemático

Questão 11

Considerando que soma de três números consecutivos é igual a 72, pode-se afirmar que a metade do maior número dessa soma é

- (A) 13.
- (B) 12,5.
- (C) 14,5.
- (D) 13,5.
- (E) 14.

Questão 12

Dado um conjunto $B = \{-1, 0, 1, 3, 4\}$, sabendo que $A \cap B = \{0, 1, 4\}$ e que $A \cup B = \{-2, -1, 0, 1, 2, 3, 4, 5\}$, então é correto afirmar que o conjunto A é

- (A) $A = \{-2, 1, 4, 5\}$.
- (B) $A = \{0, 1, 4, 5\}$.
- (C) $A = \{-2, 0, 1, 2, 4, 5\}$.
- (D) $A = \{-2, 2, 5\}$.
- (E) $A = \{-2, 0, 1, 5\}$.

Questão 13

Sabe-se que um retângulo de perímetro igual a 148 cm tem seu comprimento 6 cm maior do que a largura. Então, a área desse retângulo é de

- (A) 1500 cm².
- (B) 1600 cm².
- (C) 1300 cm².
- (D) 1380 cm².
- (E) 1360 cm².

Questão 14

Ana escreveu a seguinte sequência: $-4, -1, 4, 11, X$. Seguindo o padrão em que Ana pensou, é correto afirmar que o termo ocupado pela letra X é

- (A) 27.
- (B) 21.
- (C) 25.
- (D) 20.
- (E) 23.

Questão 15

Joana pensou em um número, a esse número adicionou 20, depois fez o dobro, diminuiu 12 e calculou a quinta parte desse valor, obtendo 30. Assim, o número em que Joana pensou é

- (A) 63.
- (B) 60.
- (C) 61.
- (D) 62.
- (E) 64.

Noções de Informática

Questão 16

Um órgão público conta com múltiplos serviços rodando na nuvem do Azure. Nesse caso, é correto afirmar que a fabricante das soluções em nuvem é o(a)

- (A) Google.
- (B) Microsoft.
- (C) Baidu.
- (D) Amazon.
- (E) Dell.

Questão 17

O armazenamento de computador de um funcionário público está cheio de arquivos e precisa de aumento de memória não-volátil. Nesse contexto, o periférico que pode ser utilizado para esta expansão é o(a)

- (A) Pendrive.
- (B) Memória RAM.
- (C) GPU.
- (D) SSD.
- (E) Memória ROM.

Questão 18

O alinhamento no editor de textos Microsoft Word do Office 365 é selecionado na aba conhecida como

- (A) Parágrafo.
- (B) Fonte.
- (C) Estilos.
- (D) Área de transferência.
- (E) Informações.

Questão 19

Um vírus executado na máquina de um usuário fez com que um atacante copiasse os arquivos da vítima para a nuvem. A esse respeito, assinale a alternativa que apresenta o princípio de segurança da informação violado pelo atacante.

- (A) Autenticidade.
- (B) Disponibilidade.
- (C) Integridade.
- (D) Não-repúdio.
- (E) Confidencialidade.

Questão 20

A ferramenta Explorador de Arquivos do Windows permite visualizar e manipular arquivos nesse sistema operacional. Ao abrir a aba "Geral" da janela "Propriedades" de uma pasta no Windows, um dos "Atributos" que podem ser ativados ou desativados é conhecido como

- (A) Oculto.
- (B) Compartilhar.
- (C) Diminuir volume.
- (D) Formatar.
- (E) Excluir volume.

Ética e Noções De Administração Pública

Questão 21

A Lei nº 11.959/2009 dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. Nesse sentido, ela possui como um dos seus principais objetivos o(a)

- (A) ordenamento, o fomento e a fiscalização da atividade de caça e pesca.
- (B) desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura como fonte de alimentação, emprego, renda e lazer, garantindo-se o uso sustentável dos recursos pesqueiros, bem como a otimização dos benefícios econômicos decorrentes, em harmonia com a preservação e a conservação do meio ambiente e da biodiversidade.
- (C) desenvolvimento sustentável da agricultura familiar como fonte de alimentação, emprego, renda e lazer, garantindo-se o uso sustentável dos recursos, bem como a otimização dos benefícios econômicos decorrentes, em harmonia com a preservação e a conservação do meio ambiente e da biodiversidade.
- (D) regulação da atividade da agricultura familiar como fonte de alimentação, emprego, renda e lazer, garantindo-se o uso sustentável dos recursos, bem como a otimização dos benefícios econômicos decorrentes, em harmonia com a preservação e a conservação do meio ambiente e da biodiversidade.
- (E) desenvolvimento socioeconômico, cultural e profissional dos que exercem a atividade de caça e pesca, bem como de suas comunidades ribeirinhas.

Questão 22

O processo administrativo consiste no conjunto de atividades realizadas pela Administração Pública com o objetivo final de dar efeito a algo previsto em lei, sendo regulado pela Lei nº 9.784/99, chamada de Lei de Processo Administrativo. Nesse sentido, a Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em

- (A) 4 anos.
- (B) 2 anos.
- (C) 5 anos.
- (D) 6 anos.
- (E) 3 anos.

Questão 23

O Decreto nº 11.624/2023 dispõe sobre a aprovação da Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Pesca e Aquicultura e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. A esse respeito, é correto afirmar que o Ministério da Pesca e Aquicultura, órgão da administração pública federal direta, tem como uma de suas áreas de competências o(a)

- (A) concessão de licenças, permissões e autorizações para o exercício da aquicultura e das seguintes modalidades de pesca: comercial, artesanal e industrial, pesca de espécimes ornamentais, pesca de subsistência e pesca amadora ou desportiva.
- (B) formulação e normatização da política nacional das águas e pesca e a promoção do desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva e da produção de alimentos frutíferos.
- (C) administração de terminais pesqueiros privados e públicos, de forma direta ou indireta, promovendo a implantação de infraestrutura e de sistemas de apoio à produção pesqueira.
- (D) estabelecimento de normas, de critérios, de padrões e de medidas de ordenamento do uso sustentável dos recursos pesqueiros e da aquicultura, em articulação com o Ministério da Economia.
- (E) fornecimento ao Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional dos dados do Registro Geral da Atividade Pesqueira relativos às licenças, às permissões e às autorizações concedidas para a pesca e a aquicultura, para fins de registro automático no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais.

Questão 24

Ética refere-se aos valores que norteiam nossa ação no mundo. Especificamente no serviço público, é o conjunto de normas que regem a conduta dos servidores. Para organizar os princípios éticos, o Poder Executivo Federal regulamentou o decreto nº 1.171/94. Acerca do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, é correto afirmar que

- (A) o servidor público poderá desprezar o elemento ético de sua conduta, em algumas ocasiões. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto, por meio do seu juízo de valor.
- (B) ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para a administração pública.
- (C) o servidor deve prestar toda a sua atenção às ordens legais de seus superiores, cumprindo-as mesmo que ilegais, velando atentamente por seu cumprimento, e, assim, evitando a conduta negligente.
- (D) a função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, não se integra na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia-a-dia em sua vida privada não poderão acrescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.
- (E) é dever do servidor resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las.

Questão 25

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Nesse sentido, a disciplina da proteção de dados pessoais tem como um(uns) de seus fundamentos

- (A) a liberdade de imprensa, de religião, de comunicação e de consciência.
- (B) o respeito à honra e à imagem da pessoa jurídica.
- (C) o desenvolvimento social, científico, econômico e a inovação.
- (D) os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.
- (E) o tratamento de dados de pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos.

Questão 26

Segundo o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, no que tange à reversão, é correto afirmar que ela

- (A) é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.
- (B) é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria; ou no interesse da administração.
- (C) será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos e, na hipótese de inexistência de cargo vago, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.
- (D) é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando medida judicial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria e determinar o seu retorno.
- (E) é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo e reintegração do anterior ocupante.

Questão 27

Acerca do Decreto nº 11.624/2023, que trata da aprovação da Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Pesca e Aquicultura, no que concerne às competências dos órgãos, pode-se afirmar que é de competência do Gabinete

- (A) prestar orientação técnica ao Secretário-Executivo, aos gestores do Ministério e aos representantes indicados pelo Ministro de Estado em conselhos e em comitês, nas áreas de controle, gestão de riscos, transparência e integridade da gestão.
- (B) fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos a ser seguida uniformemente na área de atuação do Ministério quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União.
- (C) acompanhar a implementação das recomendações da Controladoria-Geral da União e das deliberações do Tribunal de Contas da União relacionadas ao Ministério, e atender a outras demandas provenientes dos órgãos de controle interno e externo e de defesa do Estado.
- (D) articular e promover as relações políticas do Ministério com os diferentes segmentos da sociedade civil, sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República.
- (E) assistir o Ministro de Estado em sua representação política e social e ocupar-se das relações públicas e do preparo, despacho e controle de seu expediente.

Questão 28

De acordo com a Lei de Processo Administrativo (9.784/99), o processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado. Nesse sentido, o requerimento inicial do interessado, salvo casos em que for admitida solicitação oral, deve ser formulado por escrito e conter os seguintes dados:

- (A) órgão ou autoridade administrativa a que se dirige; identificação do interessado ou de quem o represente e domicílio do requerente ou local para recebimento de comunicações.
- (B) autoridade administrativa a que se dirige; identificação de quem o represente; domicílio do requerente ou local para recebimento de comunicações; formulação do pedido, com exposição dos fatos e de seus fundamentos; data e assinatura de seu representante.
- (C) identificação do interessado ou de quem o represente; domicílio do requerente ou local para recebimento de comunicações; formulação do pedido, com exposição dos fatos; data e assinatura do requerente ou de seu representante.
- (D) identificação do interessado ou de quem o represente; domicílio do requerente ou local para recebimento de comunicações e formulação do pedido, com exposição dos fatos e de seus fundamentos.
- (E) órgão ou autoridade administrativa a que se dirige; identificação do interessado ou de quem o represente; domicílio do requerente ou local para recebimento de comunicações; formulação do pedido, com exposição dos fatos e de seus fundamentos; data e assinatura do requerente ou de seu representante.

Questão 29

A administração pública de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Nesse sentido, em relação ao princípio da eficiência, é correto afirmar que ele

- (A) foi instituído pela EC nº 19, de 04 de junho de 1998, que tornou expresso esse princípio a ser observado pela Administração Pública Brasileira seja direta ou indireta, presente no caput do artigo 37 da CF.
- (B) estabelece a proibição da acumulação remunerada de cargos e estende-se também a empregos e funções, bem como abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
- (C) impõe à Administração não apenas uma atuação legal, mas também moral, pautada na ética, honestidade, lealdade, boa fé.
- (D) visa garantir o controle através da sociedade da gestão administrativa a fim de conferir à mesma validade e eficácia.
- (E) estabelece que a Administração Pública não tem liberdade nem vontade pessoal, e só pode fazer o disposto em lei.

Questão 30

A Lei nº 8.112/1990 dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e, em seu art. 8º, estabelece que são formas de provimento de cargo público: nomeação, promoção, readaptação, reversão, aproveitamento, reintegração e recondução. Nesse sentido, a reintegração é o(a)

- (A) investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.
- (B) retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria ou no interesse da administração.
- (C) reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.
- (D) retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo e reintegração do anterior ocupante.
- (E) retorno à atividade de servidor em disponibilidade que far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

Conhecimentos Específicos

Questão 31

Trata-se do texto constitucional do Brasil que ficou conhecido como 'Polaca', em decorrência da influência da Constituição da Polônia fascista. Tal documento manteve na prática a separação dos poderes, no entanto, os Poderes Legislativo e Judiciário foram esvaziados em decorrência do autoritarismo. O documento constitucional referido no texto acima é a Constituição de

- (A) 1934.
- (B) 1891.
- (C) 1967.
- (D) 1824.
- (E) 1937.

Questão 32

O orçamento público é composto por diversos aspectos, afinal, para o seu desenvolvimento encontram-se os elementos técnicos, políticos e econômicos, responsáveis por organizar as receitas e despesas públicas. Sobre a natureza jurídica do orçamento público, conforme a corrente majoritária da doutrina, é correto afirmar que o orçamento público

- (A) tem natureza jurídica de lei e versa sobre situações abstratas, pois há um prazo de validade para a sua execução.
- (B) tem natureza jurídica de lei e versa sobre situações genéricas e abstratas.
- (C) não possui natureza jurídica de lei, pois versa sobre situações concretas.
- (D) tem natureza jurídica de lei e versa sobre situações concretas.
- (E) não possui natureza jurídica de lei, pois versa sobre situações abstratas.

Questão 33

Uma das determinações da Constituição Federal de 1988 envolve a necessidade de elaborar normas que garantam a preservação das florestas, da fauna e da flora, enfim, a proteção do meio ambiente. Diante de tal determinação constitucional e levando em conta a repartição das competências, é correto afirmar que estamos diante de uma competência

- (A) privativa da União.
- (B) exclusiva dos estados.
- (C) exclusiva da União.
- (D) concorrente entre os entes federados.
- (E) comum entre os entes federados.

Questão 34

As súmulas vinculantes, diferentemente de outras súmulas e jurisprudências que possuem caráter meramente persuasivo, são responsáveis por vincular determinados órgãos e poderes. Sobre tais súmulas vinculantes enquanto fontes do direito administrativo, é correto afirmar que elas

- (A) vinculam a Administração Pública direta, mas não a indireta, e são fontes secundárias do direito administrativo.
- (B) vinculam a Administração Pública direta e indireta e são fontes secundárias do direito administrativo.
- (C) vinculam a Administração Pública direta, mas não a indireta, e são fontes diretas do direito administrativo.
- (D) vinculam a Administração Pública direta e indireta e são fontes diretas do direito administrativo.
- (E) não vinculam a Administração Pública, somente os demais órgãos do Judiciário, e são fontes secundárias do direito administrativo.

Questão 35

Determinada pessoa estuda há bastante tempo para aprovação em concursos públicos e viu determinado edital para seleção de servidores públicos em que era prevista a existência de uma idade máxima para inscrição no certamente. Sobre tal situação, o STF decidiu que

- (A) é inconstitucional, pois viola o princípio da isonomia ao prever discriminações na forma de admissão de servidores públicos.
- (B) é ilegal, pois viola o princípio da isonomia ao prever discriminações na forma de admissão de servidores públicos.
- (C) caso tenha justificativa pela natureza das atribuições do cargo e previsão constitucional, a situação é legítima.
- (D) caso tenha justificativa pela natureza das atribuições do cargo e previsão legal, a situação é legítima.
- (E) caso tenha justificativa pela natureza das atribuições do cargo e previsão no edital, a situação é legítima.

Questão 36

Determinada entidade deseja receber um repasse financeiro da União no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) para a realização de determinada obra pública. Considerando o Decreto nº 11.531/2023, é correto afirmar que

- (A) é possível a formalização da situação por realização de contrato de repasse ou de contrato de convênio.
- (B) ele não poderá ser formalizado, pois não atinge o valor mínimo de repasse da União.
- (C) seria possível a formalização da situação por meio de contrato de convênio, mas não de contrato de repasse.
- (D) ele não poderá ser formalizado, pois supera o valor máximo de repasse da União.
- (E) seria possível a formalização da situação por meio de contrato de repasse, mas não de contrato de convênio.

Questão 37

Suponhamos que o Brasil passe a sofrer invasão estrangeira em seu território por país vizinho que tem o intuito de incorporar tal área ao seu território. Diante disso, uma das situações constitucionais possíveis envolve a intervenção federal sobre o estado-membro. Sobre tal situação, é correto afirmar que a intervenção federal será

- (A) provocada, por aprovação do Congresso Nacional.
- (B) espontânea, de ofício pelo Presidente da República.
- (C) provocada, por requisição do Supremo Tribunal Federal.
- (D) espontânea, pelo Senado Federal.
- (E) provocada, por solicitação do Presidente da República ao Congresso Nacional.

Questão 38

No âmbito do orçamento público em cada exercício, o montante da despesa autorizada não pode ser superior ao total das receitas estimadas para o período. Tal relação tem o objetivo de evitar o déficit fiscal. Tal menção refere-se ao princípio do(a)

- (A) exclusividade.
- (B) unidade.
- (C) equilíbrio.
- (D) orçamento bruto.
- (E) totalidade.

Questão 39

A Súmula Vinculante nº 41 determina que "o serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa". O principal argumento relacionado à tal pontuação feita pelo STF envolve diretamente a argumentação de que o fornecimento de iluminação pública é um serviço público

- (A) singular.
- (B) administrativo.
- (C) essencial.
- (D) universal.
- (E) municipal.

Questão 40

A Constituição Federal de 1988 determina a existência de três leis orçamentárias: o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual. Sobre a lei de diretrizes orçamentárias, é válido afirmar que

- (A) terá anexos de riscos fiscais, onde serão avaliados os ativos contingentes e outras demandas que possam afetar as contas públicas.
- (B) a mensagem que encaminhar o projeto da União sobre a lei de diretrizes orçamentárias apresentará um anexo específico que deverá incluir as metas de inflação para o exercício subsequente.
- (C) possui o período de duração de 4 anos, seguindo o planejamento do plano plurianual.
- (D) poderá excluir despesas primárias de apuração das metas sobre a seguridade social.
- (E) orientará a elaboração do plano plurianual.

Questão 41

A Constituição Federal de 1988 estabelece regras relacionadas ao teto remuneratório e sobre a acumulação de cargos. Imaginemos a seguinte situação: José é um professor da rede básica de ensino do município Y e exerce cargo científico no estado Z, possuindo compatibilidade de horários para o exercício das atribuições. Sobre tal situação, é correto afirmar que trata-se de uma

- (A) acumulação legal de cargos e o STF compreende que as remunerações, para fins de teto remuneratório, serão analisadas de modo isolado.
- (B) acumulação legal de cargos e a somatória das duas remunerações não poderá exceder ao valor da remuneração dos desembargadores do Tribunal de Justiça em que o servidor for vinculado.
- (C) acumulação legal de cargos e o STF compreende que as remunerações, para fins de teto remuneratório, serão analisadas conjuntamente a somatória.
- (D) acumulação ilegal de cargos, devendo José ser suspenso do serviço público.
- (E) acumulação ilegal de cargos, devendo José ser demitido do serviço público.

Questão 42

Determinado município localizado no Brasil deseja elaborar norma relacionada ao direito financeiro. No entanto, há uma discussão para saber se os municípios podem legislar sobre o assunto. Sobre isso, é correto afirmar que

- (A) a competência para legislar sobre direito financeiro é concorrente apenas entre União, estados e o Distrito Federal.
- (B) a competência para legislar sobre direito financeiro é privativa da União.
- (C) a competência para legislar sobre direito financeiro é concorrente entre os entes, cabendo aos municípios legislar sobre temáticas próprias e específicas.
- (D) a competência para legislar sobre direito financeiro é exclusiva da União.
- (E) a competência para legislar sobre direito financeiro é comum aos entes federados.

Questão 43

Determinado município deseja contratar serviços de manutenção de veículos automotores, considerados comuns. O valor orçado para a realização de tal contratação é de 80 mil reais. Diante dessa situação, é válido afirmar que

- (A) deve-se realizar a licitação na modalidade da concorrência.
- (B) trata-se de uma situação de licitação inexigível.
- (C) trata-se de uma situação de licitação dispensável.
- (D) deve-se realizar a licitação na modalidade do pregão.
- (E) deve-se realizar a licitação na modalidade da tomada de preço.

Questão 44

A Administração Pública deve seguir os valores da honestidade, da probidade administrativa e do zelo para com o interesse público. Nesse sentido, para proteger tais valores, é que foi publicada a Lei nº 8.429 de 1992, de improbidade administrativa. Tais situações guardam correspondência direta ao princípio constitucional da

- (A) moralidade.
- (B) legalidade.
- (C) eficiência.
- (D) publicidade.
- (E) impessoalidade.

Questão 45

Para que o Poder Público realize as suas atividades, há obtenção das receitas. Dentre as receitas encontram-se as cobranças de taxas, cobradas para o destinatário da ação desenvolvida pela Administração Pública e que é atrelada à atividade, e as contribuições de melhoria, cobradas quando há valorização de imóveis decorrentes de obras públicas e que estão vinculadas a contraprestação estatal.

Sobre a classificação das taxas e das contribuições de melhoria, é correto afirmar que

- (A) ambas são receitas correntes, as taxas são receitas de contribuições e as contribuições de melhoria são receitas tributárias.
- (B) ambas são receitas de capital e receitas tributárias.
- (C) ambas são receitas correntes, as taxas são receitas tributárias e as contribuições de melhoria são receitas de contribuições.
- (D) ambas são receitas correntes e receitas tributárias.
- (E) ambas são receitas de capital, as taxas são receitas tributárias e as contribuições de melhoria são receitas de contribuição.

Questão 46

Uma das principais atividades da Administração Pública envolve a prestação dos serviços públicos. Diante disso, foi publicada a Lei nº 1.460/2017, que disciplina sobre a participação, proteção e defesa dos usuários dos serviços públicos da Administração Pública. Sobre tal legislação, marque a alternativa correta.

- (A) Considera-se usuário do serviço público somente as pessoas físicas que se beneficiam direta ou potencialmente dos serviços públicos.
- (B) Nas manifestações do usuário, a identificação do requerente não terá exigências que possam inviabilizar a manifestação.
- (C) O usuário poderá apresentar manifestações perante a Administração Pública para garantir os seus direitos. Tais manifestações devem ser dirigidas diretamente para as chefias do órgão ou entidade.
- (D) Nas manifestações, exige-se os motivos que foram determinantes para a apresentação das manifestações.
- (E) A própria lei que regulamenta os direitos dos usuários públicos estabeleceu os mecanismos de acesso à informação a tais grupos.

Questão 47

Uma das principais atribuições da Administração Pública corresponde à execução dos serviços públicos. Ou seja, trata-se de uma forma do Poder Público garantir e atender os interesses da coletividade. Sobre a conceituação dos serviços públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) São prestações negativas para atender as necessidades coletivas, de modo a ampliar os direitos.
- (B) A prestação dos serviços públicos é predominantemente feita sob regime de direito público, mas quando há concessão o regime passa a ser de natureza privada.
- (C) Como regra geral os serviços públicos devem ser fornecidos de modo gratuito para a população.
- (D) Os serviços públicos devem ser prestados de maneira contínua, ou seja, permanentemente e sem interrupções, por isso, compreende-se que o direito de greve do servidores públicos é ilegal.
- (E) Os serviços públicos são criados por lei, por exemplo, se uma atividade é feita pela iniciativa privada, a lei retira tal serviço da livre iniciativa, passando a condicionar a sua execução pela licitação e, depois, pela concessão.

Questão 48

O artigo 169 da Constituição Federal traz uma preocupação para com o limite com o gasto de pessoal pela Administração Pública. Inclusive, pontua a possibilidade de demissão de servidor público estável se o ente federado ultrapassar tal limite e outras medidas constitucionalmente determinadas não atingirem o resultado previsto. Esse limite e essa consequência estão diretamente ligados ao princípio constitucional da

- (A) publicidade.
- (B) moralidade.
- (C) legalidade.
- (D) impessoalidade.
- (E) eficiência.

Questão 49

A Lei nº 4.320, de 1964, é responsável por estabelecer normas gerais sobre o direito financeiro, estabelecendo formas de elaborar e controlar os balanços dos entes federados, conforme determinado pela Constituição Federal. Nesse contexto, a normativa apresenta uma classificação sobre as despesas públicas, compreendendo e as exemplificando. Sobre tal classificação, é correto afirmar que

- (A) as despesas com pessoal são despesas correntes de investimentos.
- (B) a despesa com a previdência social é uma despesa de custeio.
- (C) a aquisição de equipamentos pelo Poder Público são despesas correntes de investimentos.
- (D) as despesas com a concessão de empréstimos são transferências correntes.
- (E) a amortização das dívidas públicas corresponde às despesas de capital de transferências de capital.

Questão 50

Leia o trecho a seguir:

Trata-se de contrato celebrado com particular, por meio do qual a Administração Pública consente a utilização de um determinado bem público, de forma especial, anormal ou privativa, com finalidade específica, mediante pagamento de remuneração ou gratuitamente.

CARVALHO, Matheus. Direito Administrativo. 11. ed. São Paulo: Editora JusPodivm, 2023. p. 703.

O trecho apresentado versa sobre o contrato administrativo de

- (A) cessão de uso de bens públicos.
- (B) concessão de serviços públicos.
- (C) concessão de uso de bens públicos.
- (D) permissão de uso de bens públicos.
- (E) autorização de uso de bens públicos.

Questão 51

A Constituição Federal de 1988 aponta que o país possui um Estado Democrático de Direito. Sobre o aspecto democrático, aponta que todo o poder emana do povo, conforme pontuado no parágrafo único do art. 1º e no preâmbulo. Ao discutir a democracia, um caso emblemático envolve o julgamento da ADPF nº 153. O Conselho Federal da OAB ajuizou a ação, visando à anulação do art. 1º da Lei de Anistia, que concedeu anistia para os representantes do Estado que cometeram torturas durante o período ditatorial (entre 02/09/1961 e 15/08/1979). O julgamento da ADPF pelo STF

- (A) rejeitou os pedidos do Conselho Federal da OAB, por compreender que a lei de anistia foi uma decisão política anunciada no momento da sua publicação diante de uma transição conciliada.
- (B) acatou os pedidos do Conselho Federal da OAB, por compreender a necessidade da justiça de transição para a consagração da democracia pelo Estado brasileiro.
- (C) acatou os pedidos do Conselho Federal da OAB, por compreender que a lei de anistia viola o Estado Democrático de Direito.
- (D) rejeitou os pedidos do Conselho Federal da OAB, por compreender que a lei de anistia possui os compromissos com os valores democráticos do tempo presente.
- (E) acatou os pedidos do Conselho Federal da OAB, por levar em consideração a condenação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Gomes Lund e outros.

Questão 52

No mundo existem vários modelos de Estados que se enquadram no aspecto do Estado Federado, que possuem características peculiares. No entanto, a forma federativa possui algumas características comuns. Sobre tais pontos em comum da forma federativa, marque o item correto.

- (A) A centralização política.
- (B) A base da constituição semirrígida.
- (C) A existência de órgão representativo dos Estados membros.
- (D) A soberania dos entes federados.
- (E) A existência do direito de secessão.

Questão 53

Para que o Poder Público possa realizar e desempenhar as suas atividades, é necessário que ocorra a aplicação das despesas públicas. A aplicação ocorre através de quatro etapas: o empenho, a liquidação, a ordem de pagamento e o pagamento. Considerando tais etapas, no âmbito da Lei nº 4.320, é válido afirmar que

- (A) a liquidação da despesa por fornecimentos feitos só pode se dar através da nota do empenho.
- (B) o empenho da despesa pode exceder o limite dos créditos concedidos.
- (C) de modo excepcional é possível o pagamento da despesa através do adiantamento.
- (D) é possível a realização de despesa sem empenho prévio.
- (E) a ordem de pagamento é despachada pela tesouraria do órgão público com o objetivo de determinar o pagamento da despesa.

Questão 54

A Lei nº 14.133/2021 traz elementos para que as contratações públicas sejam sustentáveis, por isso, comumente são chamadas como licitações verdes. O horizonte de garantir as contratações sustentáveis envolve a terminologia do desenvolvimento sustentável nacional. Tal termo aparece

- (A) tanto enquanto princípio quanto em critério de julgamento do processo licitatório.
- (B) somente enquanto critério de julgamento do processo licitatório.
- (C) somente enquanto objetivo do processo licitatório.
- (D) somente enquanto princípio da licitação.
- (E) tanto enquanto princípio quanto no objetivo do processo licitatório.

Questão 55

A Lei nº 14.133/2021 trouxe inúmeras inovações relacionadas ao campo da licitação, substituindo a Lei nº 8.666/1993. Uma das inovações envolveu o campo das modalidades, com a inserção de uma nova modalidade voltada para a contratação de inovações tecnológicas ou técnicas e para situações com impossibilidade de uma solução somente com o que está disponível no mercado. Tal modalidade corresponde ao(à)

- (A) pregão.
- (B) diálogo competitivo.
- (C) chamamento público.
- (D) concorrência.
- (E) concurso.

Questão 56

Determinado ente federado decidiu transferir para a iniciativa privada a execução de serviço público. Foi realizada a licitação na modalidade do pregão, em que determinada pessoa física foi adjudicada. Será elaborado um contrato administrativo à título precário. O contrato a ser elaborado é o de

- (A) concessão de serviço público.
- (B) parceria público-privada administrativa.
- (C) parceria público-privada patrocinada.
- (D) permissão de serviço público.
- (E) concessão de uso de bem público.

Questão 57

Relacionando as obras e serviços de engenharia, é possível encontrar o seguinte conceito: "forma de contratação que contempla critério de apuração do valor da remuneração a ser paga pela administração ao contratado em razão da execução do objeto". Sobre tal forma de contratação, e considerando o decreto nº 7.983/2013, estamos diante do(a)

- (A) regime de empreitada por preço unitário.
- (B) regime de empreitada.
- (C) regime de empreitada por preço global.
- (D) tarefa.
- (E) empreitada.

Questão 58

Os contratos administrativos possuem especificidades em relação aos demais contratos existentes, principalmente por serem executados pelo regime de direito público. Sobre as características dos contratos administrativos, é válido afirmar que

- (A) são solenes, pois os contratos são escritos, vedando-se por completo a existência de contratos verbais.
- (B) são personalíssimos, pois, como regra geral, admite-se a transferência da execução para terceiros.
- (C) são aleatórios, pois os particulares não conhecem por completo as suas obrigações em decorrência das cláusulas exorbitantes.
- (D) são mutáveis, pois é possível a sua modificação durante o curso da sua execução.
- (E) correspondem a um ato unilateral, pois as vontades da Administração Pública prevalecem em relação às vontades dos particulares.

Questão 59

Determinado ente da Administração Pública realizou um contrato com determinada empresa para a execução de determinada atividade. No entanto, a Administração Pública não vem cumprindo com as suas obrigações. Por isso, a empresa deseja não cumprir com a sua parte acordada. Considerando a Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que

- (A) a empresa poderá descumprir o contrato a partir do momento que a Administração Pública não cumpra com a sua obrigação.
- (B) a empresa poderá descumprir o contrato depois de um mês do descumprimento da obrigação pela Administração Pública.
- (C) a empresa poderá descumprir o contrato depois de dois meses do descumprimento da obrigação pela Administração Pública.
- (D) a empresa poderá descumprir o contrato depois de 180 dias do descumprimento da obrigação pela Administração Pública.
- (E) a empresa poderá descumprir o contrato depois de 90 dias do descumprimento da obrigação pela Administração Pública.

Questão 60

Pensemos na seguinte situação hipotética: a União realizou investimentos para determinado estado-membro com o objetivo de auxiliar na realização de determinada obra pública mediante contraprestação direta de serviços. A despesa do caso narrado se enquadra na classificação de

- (A) despesas de custeio.
- (B) transferências correntes.
- (C) inversões financeiras.
- (D) transferências de capital.
- (E) investimentos.

Questão 61

Determinado estado da federação brasileira editou uma lei para regulamentar as desapropriações feitas no âmbito do seu território, definindo os critérios de utilidade e necessidade pública, bem como as regras sobre a indenização. Acerca dessa situação, é correto afirmar que tal lei será

- (A) inconstitucional, pois a competência para legislar sobre a desapropriação é exclusiva da União.
- (B) constitucional, pois todos os entes federados são competentes para legislar sobre desapropriação.
- (C) constitucional, pois a União e os estados membros são competentes para legislar sobre desapropriação.
- (D) inconstitucional, pois a competência para legislar sobre a desapropriação é privativa da União.
- (E) inconstitucional, pois somente a União e os municípios podem legislar sobre a desapropriação.

Questão 62

Determinado município deixou de pagar dívida fundada pelo período de um ano, inexistindo motivo de força maior. O Governador do Estado deseja realizar a intervenção estadual nos municípios diante tal situação. Sobre esse cenário, marque a alternativa correta.

- (A) A Constituição Federal apresenta que não é possível a realização de intervenção estadual em município, em nenhuma circunstância.
- (B) Conforme a Constituição Federal, a intervenção federal só poderia ocorrer se a dívida ocorresse por mais de cinco anos consecutivos.
- (C) A Constituição Federal apresenta que a situação narrada é motivo para a realização da intervenção estadual.
- (D) Para realizar a intervenção estadual, o Governador do estado deveria esperar mais um ano consecutivo de continuidade da situação narrada.
- (E) Trata-se de uma situação em que as contas não foram devidamente prestadas, portanto, é possível a realização da intervenção estadual.

Questão 63

O Art. 52 da Constituição Federal, em seu inciso I, determina que é competência do Senado Federal julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República pela prática de crimes de responsabilidade. Já o Art. 51 da CFRB/1988, em seu inciso III, apresenta que é de competência da Câmara dos Deputados a elaboração do seu regimento interno. Diante dos casos narrados, é correto afirmar que

- (A) as duas situações ferem o princípio da separação dos poderes.
- (B) ambos os casos versam sobre funções típicas do Poder Legislativo.
- (C) o primeiro caso versa sobre uma função atípica do Legislativo enquanto a segunda situação envolve uma função típica.
- (D) o primeiro caso versa sobre uma função típica do Legislativo enquanto a segunda situação envolve uma função atípica.
- (E) ambos os casos versam sobre funções atípicas do Poder Legislativo.

Questão 64

O Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) apresenta: "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos". Sobre a natureza jurídica dos respectivos artigos, é correto afirmar que

- (A) são constitucionais, mas não podem trazer exceções às regras do corpo do texto constitucional.
- (B) não possuem validade atualmente, tendo em vista que as normas só tiveram aplicabilidade de modo transitório.
- (C) são extraconstitucionais, possuindo validade jurídica dos tratados internacionais.
- (D) são infraconstitucionais e não podem trazer exceções às regras do corpo do texto.
- (E) são constitucionais e podem trazer exceções às regras do corpo do texto constitucional.

Questão 65

Dentre as leis orçamentárias, a Constituição Federal determinou a existência do plano plurianual. Sobre ele, é correto afirmar que

- (A) possui iniciativa dos chefes dos três Poderes.
- (B) os projetos relativos ao plano plurianual serão apreciados pelas duas casas do Congresso Nacional, na forma de lei ordinária.
- (C) investimentos cuja execução ultrapasse um exercício financeiro não poderão ser iniciados sem a inclusão prévia no plano diretor ou sem lei que autorize tal inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.
- (D) caberá a comissão mista temporária o exame dos projetos de lei do plano plurianual e a emissão de parecer sobre o assunto.
- (E) a Constituição Federal determina que a organização e a elaboração do plano plurianual caberá a lei ordinária.

Questão 66

O texto constitucional que é feito de modo extenso e volumoso e cujo processo legislativo para a sua alteração é mais solene e dificultoso é

- (A) sintético e semirrígido.
- (B) analítico e semirrígido.
- (C) sintético e flexível.
- (D) sintético e rígido.
- (E) analítico e rígido.

Questão 67

O Poder Público deseja transferir para a iniciativa privada a execução de determinado serviço público. A transferência se dará pelos seguintes motivos previamente estabelecidos: poderá celebrar o contrato qualquer pessoa jurídica ou consórcio de empresas mediante título não precário; somente o usuário pagará pelo uso do serviço público e os eventuais riscos ordinários do negócio jurídico serão assumidos somente pelo concessionário. Com base no exposto, é correto afirmar que tal situação descreve a

- (A) concessão comum.
- (B) concessão especial.
- (C) permissão.
- (D) parceria público-privada administrativa.
- (E) parceria público-privada patrocinada.

Questão 68

As políticas públicas são fundamentais para garantir e implementar direitos, afinal, é uma forma de solucionar problemas estruturais da vida em sociedade. A implementação das políticas públicas é feita seguindo etapas. A esse respeito, observe a descrição da seguinte etapa:

Esse passo refere-se ao desenho e à formalização da política e dos elementos que a caracterizam. Corresponde ao planejamento da política antes de ser colocada em prática. Inicialmente é importante que a política pública seja oficializada por meio de ato normativo apropriado à matéria que a política visa disciplinar e com a devida observância dos princípios da administração pública.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Políticas públicas em dez passos. Brasília, 2021. p. 21.

A etapa mencionada acima versa sobre o(a)

- (A) institucionalização da política pública.
- (B) caracterização do problema.
- (C) processo de tomada de decisão.
- (D) avaliação.
- (E) formulação da política pública.

Questão 69

O Decreto nº 11.462/2023 é responsável por regulamentar sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços. O sistema de registro de preços é uma inovação trazida pela Lei nº 14.133/2021, que possui o objetivo de garantir e adiantar compras futuras. Para a realização de tal registro, considerando o Decreto nº 11.462/2023, é correto afirmar que

- (A) deve ser feito na modalidade de concorrência ou diálogo competitivo.
- (B) deve ser feito na modalidade de concorrência ou pregão.
- (C) deve ser feito na modalidade de diálogo competitivo.
- (D) deve ter como critério de julgamento o menor preço ou a melhor técnica.
- (E) deve ter como critério de julgamento o menor desconto ou o melhor retorno econômico.

Questão 70

A Lei Orçamentária Anual (LOA) é a legislação responsável por determinar as regras relacionadas às receitas e despesas. Sobre a temática da LOA, é possível afirmar que

- (A) a LOA deve versar sobre a previsão de receitas e sobre a fixação de despesas, mas pode discutir, também sobre outros assuntos.
- (B) o próprio Poder Legislativo pode aprovar a sua proposta orçamentária, pois decorre de uma função típica.
- (C) é possível a concessão e utilização de créditos ilimitados ao Poder Executivo.
- (D) é vedado o início de projeto que não está incluído na lei orçamentária anual.
- (E) cada Poder e o Ministério Público tem a iniciativa de propor a sua proposta orçamentária, por isso, existem quatro projetos de lei orçamentária anual de modo simultâneo.